

**ACTA NÚMERO 16/XII/1ª SL**

**25.Outubro.2011 – 15h00**

Aos 25 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação da acta**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Transladação de Passos Manuel para o Panteão Nacional**

**5. Projecto de Lei n.º 78/XII/1ª – BE - Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.**

- **Apresentação da iniciativa pelo autor**
- Deputada autora do parecer: Inês de Medeiros -PS
- Apreciação e votação do parecer: 26.Out.2011

**6. Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª BE - Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro**

- **Apresentação da iniciativa pelo autor**
- Deputado autor do parecer: PCP
- Apreciação e votação do parecer: 08.Nov.2011

**7. Petição n.º 23/XII/1ª – João Miguel Fernandes Rebelo - Solicita que seja alterado o tarifário em vigor para visitas aos monumentos nacionais.**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada Relatora** – Deputada Gabriela Canavilhas - PS

**8. Projecto de Resolução n.º 104/XII/1ª - PCP - Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2**

- Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão

**9. Projecto de Resolução n.º 110/XII/1ª - PS** – Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores na 2ª bolsa de recrutamento/contratação de escola

- Discussão em Comissão

**10. Projecto de Resolução n.º 111/XII/1ª - PS** – Recomenda ao Governo a preservação do acervo dos governos civis, a sua entrega ao arquivo distrital respectivo e a Museus da região

- Discussão em Comissão

#### **11. Plano de Actividades**

#### **12. Outros Assuntos**

#### **13. Data da próxima reunião**

26 de Outubro de 2011 – 10h00

---

#### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A deputada Ana Drago (BE) pediu que o ponto 5 da Ordem do Dia – Apresentação do Projecto de Lei n.º 78/XII, do BE, *Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade* – passasse para ponto 4.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

#### **2. Aprovação da acta**

A acta da reunião anterior foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

#### **3. Comunicações do Presidente**

##### **3.1 - Pedido de audiências**

Na sequência do pedido de audiência do “Fórum para a Liberdade de Educação”, foi consensualizado recebê-lo em reunião da Comissão, agendando-a para o próximo dia 2 de Novembro.

Em relação aos pedidos de audiência da Comissão de Trabalhadores da Orquestra Sinfónica Portuguesa + Comissão de Trabalhadores da Companhia Nacional de Bailado + Sindicato dos Músicos, foi consensualizado que serão recebidos por um deputado da lista de “deputado-piloto”, do PSD, tendo sido indicada para o efeito a deputada Maria da Conceição Pereira. A reunião vai ser feita em conjunto com deputados da Comissão de Segurança Social e Trabalho, a quem estas entidades também pediram audiência.

### 3.2. Parecer da Comissão de Saúde em relação ao PJI 57/XII, *Regime da fruta escolar*

O PJI 57/XII, *Regime da fruta escolar* baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura e à Comissão de Saúde, sendo a primeira a competente. O parecer da CECC seguiu para a PAR na semana passada e só posteriormente foi recebido o parecer da Comissão de Saúde, pelo que o mesmo só pode ser levado em conta em sede de apreciação da iniciativa no Plenário.

O Presidente da Comissão submeteu à consideração a seguinte tramitação das iniciativas que são distribuídas a mais de uma Comissão:

- *A Comissão competente é a responsável pela elaboração e aprovação do parecer (artigo 129.º, nº 2 do RAR);*
- *A outra Comissão elabora um contributo, na perspectiva especializada da sua Comissão;*
- *Esse elemento é remetido à Comissão competente a tempo de poder ser levado em conta no âmbito da apreciação do Parecer desta, tendo o Presidente da Comissão sugerido que seja recebido na semana anterior. Para esse efeito, a Comissão competente indicará à outra a data que fixou para a apreciação do Parecer.*

Interveio o deputado Miguel Tiago (PCP), concordando que se comunique à outra Comissão a data em que a competente vai apreciar o Parecer, mas deixando ao seu critério o cumprimento do prazo de remessa do contributo.

### 3.3. Parlamento dos Jovens: Debates nas escolas com a participação de Deputados

O Presidente transmitiu as seguintes informações:

- Encontram-se inscritas **789 escolas** na edição 2011/2012 do programa;
- O período para **debates nas escolas** decorre de Novembro até ao final do mês de Janeiro. As escolas dirigem convites aos Deputados, através de aplicação informática, para estarem presentes nesses debates. (Na edição anterior, registaram-se 355 participações de Deputados).
  - Convites enviados pelas escolas até 7 de Novembro – Para debates a realizar antes das férias do Natal;
  - Convites enviados pelas escolas até 2 de Dezembro – Para debates a realizar durante o mês de Janeiro.

Nesta sequência, pôs à consideração a metodologia para a distribuição desses convites pelos Deputados, tendo equacionado a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhamento do Programa do Parlamento dos Jovens, como acontecia na anterior legislatura, tendo-se

consensualizado discutir esta matéria na reunião de coordenadores, que se seguiria à reunião da Comissão.

**3.4.** Foi distribuído a todos os Deputados o relatório da audiência concedida, no dia 19 de Outubro, ao Prof. Rui Lima, que apresentou um projecto sobre motivação escolar, ninguém se tendo pronunciado.

**4. Projecto de Lei n.º 78/XII/1ª – BE - Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.**

A deputada Catarina Martins (BE) fez a apresentação do Projecto de Lei, referindo que os recibos verdes estão generalizados nas artes do espectáculo, particularmente por profissionais intermitentes e o Estado, que confere apoios, deve controlar mais o sector.

Mencionou ainda que é habitual o trabalho à produção, que termina no final da mesma e os trabalhadores não são permanentes, pelo que o controlo normal por parte das entidades governamentais respectivas é mais difícil. Assim sendo, propõem nesta iniciativa um sistema simples e mais rápido de controlo, que não atrasa os financiamentos, mas que vincula as entidades empregadoras.

Interveio depois a deputada Inês de Medeiros (PS), que questionou se a Comissão não devia promover desde já a apreciação pública do Projecto de Lei, ao abrigo do disposto no artigo 134.º do Regimento da Assembleia da República e demais preceitos aplicáveis no caso de legislação do trabalho. Por outro lado, informou que era igualmente relatora do parecer na Comissão de Segurança Social e Trabalho (sendo que a iniciativa baixou a ambas, embora a Comissão de Educação, Ciência e Cultura seja a competente), questionando se devia haver 2 pareceres.

O Presidente da Comissão referiu que entende que o Projecto de Lei não trata de relações de trabalho ou direitos dos trabalhadores do sector, pelo que não integra normas configuráveis como legislação do trabalho e em consequência não se torna necessário que se promova a sua apreciação pública. Entretanto fez distribuir uma informação dos serviços em que se conclui nesse mesmo sentido. Quanto ao parecer ou contributo da Comissão de Segurança Social e Trabalho, deixou a matéria à decisão dessa Comissão.

A deputada Inês de Medeiros informou ainda que o PS já tinha apresentado anteriormente uma iniciativa sobre a mesma matéria, embora com uma solução diferente, em que se previa a fiscalização à partida, aquando da apreciação da candidatura ao financiamento, a qual tinha sido rejeitada e que recentemente apresentou o [Projecto de Resolução n.º 65/XII \(PS\)](#), em que se *“Recomenda ao Governo que adopte mecanismos internos que façam depender a concessão de apoios públicos às pessoas colectivas e singulares que promovam actividades no sector das artes do espectáculo e do audiovisual do recurso a uma percentagem mínima de contratos de trabalho”*.

Referiu também que o Projecto de Lei do BE gera mais burocracia, com o dever de informação, aumenta as sanções já previstas no Código do Trabalho e alertou que o aumento da sanção para 3 anos põe em causa as estruturas, podendo paralisá-las, pelo que manifestou o desacordo do PS em relação ao mesmo.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que a anterior proposta do PS tinha o problema das quotas e questionou o BE se a solução que propõem não dará justificação aos Governos para não financiarem as artes dos espectáculos.

A deputada Catarina Martins respondeu referindo que se opuseram à iniciativa do PS, com quotas, o mesmo acontecendo em relação ao referido Projecto de Resolução. Defendeu depois que não está em causa um diploma da área laboral. Referindo que as relações laborais devem ser regulares, entende que é normal que se façam mais exigências a quem recebe fundos públicos, considerando ainda que a solução proposta não prejudica as entidades, particularmente as mais pequenas e que a defesa do sector cultural implica a defesa das relações profissionais no mesmo.

#### **5. Transladação de Passos Manuel para o Panteão Nacional**

O Presidente da Comissão informou que na sequência da audição da Academia de Belas-Artes e da obtenção de informação respeitante à tramitação da transladação de Passos Manuel para o Panteão Nacional e à sua estimativa de custos, vai enviar um ofício à PAR (tinha sido distribuída aos deputados cópia do processo com todos estes elementos, incluindo o ofício) com todos estes elementos e deixando o assunto à sua apreciação e bem assim da Conferência de Líderes e do Conselho de Administração.

Não se verificaram intervenções.

#### **6. Projecto de Lei n.º 91/XII/1ª BE - Torna obrigatória a publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro**

A deputada Ana Drago (BE) referiu que o texto do Projecto de Lei é claro e as questões das bolsas de recrutamento já foram largamente discutidas em várias reuniões.

O autor do parecer será o deputado Miguel Tiago (PCP) e a apreciação e votação terão lugar em 08.Nov.2011

#### **7. Petição n.º 23/XII/1ª – João Miguel Fernandes Rebelo - Solicita que seja alterado o tarifário em vigor para visitas aos monumentos nacionais.**

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**8. Projecto de Resolução n.º 104/XII/1ª - PCP - Realização de Auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores por Bolsa de Recrutamento n.º 2**

Tendo sido antecipadamente distribuída a informação sobre a discussão em Comissão na semana anterior, não se registaram intervenções, pelo que a mesma seguirá para a PAR, para agendamento da votação do Projecto de Resolução no Plenário.

**9. Projecto de Resolução n.º 110/XII/1ª - PS – Recomenda ao Governo a realização de uma auditoria para apuramento das irregularidades verificadas no concurso de colocação de professores na 2ª bolsa de recrutamento/contratação de escola**

O deputado Acácio Pinto (PS) apresentou a iniciativa, seguindo-se as intervenções dos deputados Miguel Tiago (PCP) e Michael Seufert (CDS-PP).

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

**10. Projecto de Resolução n.º 111/XII/1ª - PS – Recomenda ao Governo a preservação do acervo dos governos civis, a sua entrega ao arquivo distrital respectivo e a Museus da região**

A deputada Odete João (PS) apresentou a iniciativa, seguindo-se as intervenções dos deputados Miguel Tiago (PCP), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Conceição Pereira (PSD), Ana Drago (BE) e novamente da deputada Odete João.

A síntese do debate consta de informação, que se encontra em anexo à presente acta.

**11. Plano de Actividades**

O Plano de Actividades será apreciado na reunião da Mesa e Coordenadores.

**12. Outros Assuntos**

O deputado Miguel Tiago (PCP) questionou a hipótese de a grelha da audição do Ministro da Educação e Ciência, no âmbito do Orçamento do Estado, ser desdobrada (como acontece em relação ao Ministro da Economia e do Emprego, que inclui igualmente as Obras Públicas) ou, no mínimo, alargada sendo que inclui matérias que anteriormente correspondiam a 2 Ministérios.

Pronunciaram-se os deputados Michael Seufert (CDS-PP), Acácio Pinto (PS), Pedro Delgado Alves (PS) e Rita Rato (PCP), tendo-se consensualizado que o Presidente da Comissão fará diligências junto da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no sentido de a grelha dessa audição ser igual à do Ministro das Finanças.

**13. Data da próxima reunião**



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

A reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Outubro 2011

**O PRESIDENTE**

**(José Ribeiro e Castro)**

Acta aprovada na reunião da Comissão de 02 de Novembro de 2011.

## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Drago  
Ana Jorge  
Ana Sofia Bettencourt  
Carlos Enes  
Emídio Guerreiro  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
José Ribeiro e Castro  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Miguel Tiago  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rui Jorge Santos  
Catarina Martins  
Emília Santos  
Inês Teotónio Pereira  
Isabel Sena Lino  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria João Ávila  
Maria Manuela Tender  
Rita Rato  
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques  
Heloísa Apolónia